

Identidade e política: a prostituição e o reconhecimento de um *métier* no Brasil

Soraya Silveira SIMÕES

Resumo: Este artigo procura analisar o percurso de mobilização das prostitutas no Rio de Janeiro até o reconhecimento de uma identidade profissional. A formação das associações de prostitutas no Brasil, a partir dos anos 1980, a participação efetiva no movimento de prevenção da AIDS e a interlocução com o Ministério da Saúde na conquista do almejado registro da prostituição na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério de Trabalho, contribuíram para a definição de suas causas e serão aqui restituídos de seus contextos político, social e urbano, de modo a evidenciar o desenvolvimento de um código deontológico de um grupo profissional.

Palavras-chave: prostituição; Rio de Janeiro; mobilização social; reconhecimento; grupos profissionais.

... la morale de demain será ce que seront les convictions de demain relativement à l'importance, à la nature et à la signification des rapports sexuels.
La morale sexuelle, 1902. Gabriel Tarde

A prostituição é uma atividade estigmatizada, proibida em alguns países e em outros tolerada ou regulamentada. Apesar dos problemas que a cercam, é também conhecida como “a profissão mais antiga do mundo.” Considerá-la deste modo supõe, entre outras coisas, certa virtude no seu exercício e um *status* positivo para essa ocupação. Pois o conceito de profissão, visto da perspectiva interacionista privilegiada por Everett Hughes (1996), é antes um julgamento de valor e prestígio do que um termo descritivo. Também para Howard Becker, profissão é ainda um *folk concept* que nada diz sobre as especificidades do trabalho levado a termo por certos profissionais, mas sim sobre seu status.

Perguntar-se, então, “se um *métier* é uma profissão” obscurece questões mais fundamentais como, por exemplo, “em que circunstâncias os membros de um *métier* tentam transformar o seu ofício em uma profissão?” (Hughes *idem*: 77). No momento em que a profissionalização se torna um objeto de discussão entre os membros do *métier*, pode-se observar que esta tendência corresponde à mobilidade coletiva de alguns (ou muitos) deles. Identificar aqueles que não acompanham essa mobilidade passa a ser um dos objetivos do processo de profissionalização. O termo profissão pode, por isso, ser interpretado como “um símbolo da concepção do trabalho que é

reivindicado e, por conseguinte, um símbolo do *eu*” (*idem*). Por essa razão, considerar o contexto em que essa mobilidade se produz e se transforma em objeto de discussão torna-se imprescindível. E isto na medida em que uma causa é sustentada não só pelos atores diretamente interessados, mas, sobretudo, por aqueles outros, persuadidos de sua pertinência e capazes de conduzi-la e de legitimá-la em outras arenas.¹

Reivindicar a prostituição como uma profissão obriga a distinção de condutas, posturas, procedimentos, direitos, deveres e certa ética. Mas não só: para a aquisição de certas competências e a assunção de responsabilidades, torna-se necessário recusar o papel de vítima, freqüentemente atribuído às prostitutas independente do contexto em que exercem a atividade.

Paralelamente às reivindicações de reconhecimento, empreendidas por prostitutas em diversos países do mundo, as histórias tristes (*sad stories*) continuam integrando os repertórios de argumentação de muitas dessas mulheres, de modo a justificar, paradigmaticamente, a *entrada* – noção demarcadora – no *métier*. Para o desempenho de uma atividade estigmatizada, como a prostituição, o indivíduo munido de uma história triste pode melhor organizar a sua vida, diz Goffman (1975). Mas, em contrapartida, deverá resignar-se a viver em um mundo incompleto onde figura como alguém prestes a ser desacreditado em função dos atributos do estereótipo que encarna (*idem*).

Ao fazer uso da história triste, que relata o momento fundador da posseção do seu estigma, a prostituta se desembaraça, justamente, da responsabilidade de ter efetuado uma *escolha*. Por serem eminentemente tristes, essas narrativas justificadoras distanciam o sujeito das virtualidades – confiança, respeito e estima – que lhe asseguram o auto-reconhecimento positivo do qual necessita para se sentir uma “pessoa normal.” E, entre outras coisas, “uma profissional.”

Mudar o registro da justificação de uma *fatalidade* para algo que possa ser percebido como uma *opção* é, portanto, abrir uma perspectiva sobre as *responsabilidades* assumidas com essa escolha. Um horizonte profissionalizante pode, então, se esboçar. E, entre as responsabilidades exigidas para a oferta de tal serviço, o cuidado do próprio corpo surge como uma das condições primeiras para o desempenho da função de prostituta.

Mesmo que a tendência profissionalizante se torne pronunciada, como veremos a seguir, nem sempre ela é capaz de mudar o *status* do indivíduo estigmatizado. Contudo,

¹ A esse respeito, ver especialmente BOLTANSKI 1984.

esse movimento, na medida em que ganha espaço nas arenas públicas, permite a formação de um novo consenso, possibilitando uma nova auto-representação e, com ela, uma transformação do ego e novas formas de agir.

Por isso, fazer reconhecer a prostituição como uma ‘ocupação’² tornou-se um dos principais objetivos das associações de prostitutas de diversos países, encontrando, no Brasil, apoio entre os agentes do Ministério da Saúde e, por conseguinte, do Ministério do Trabalho e do Emprego. Utilizando a ‘metodologia por pares’ e beneficiando-se da idéia de agente ‘multiplicador,’ ou seja, da ação de um membro da categoria informando os outros membros sobre determinado problema e modos de agir, o Ministério da Saúde não só consubstanciou a formação das associações como as transformou em seu “braço direito”³ no combate às doenças venéreas e AIDS. O auxílio institucional e financeiro para campanhas de fortalecimento da identidade coletiva representou a consolidação de um novo capital social e político e, do mesmo modo, cumpriu o papel de um *seed money* que veio contribuir para o processo de definição da categoria como uma *ocupação* reconhecida pelo Ministério do Trabalho.⁴

Segundo o conjunto dos conceitos empregados na formulação dessas políticas de saúde, o *leitmotiv* de toda a empreitada se assenta nos argumentos de ‘resgate da auto-estima,’ ‘resgate da cidadania’ e de ‘redução de vulnerabilidades,’⁵ como forma de melhor estimular o cuidado de si no âmbito da vida pessoal, mas também, e de maneira inextrincável, no âmbito da vida cívica.

As reivindicações das prostitutas brasileiras por reconhecimento não se restringiu, ao novo papel de interlocutores competentes para a definição das políticas e das ações do MS. Inúmeras outras iniciativas do grupo, ligadas também à cultura e à moda, afastaram de vez o discurso vitimizador instituindo, no espaço público, uma

² Apesar de não ser regulamentada, a diferença entre ‘ocupação’ e ‘profissão’ é tênue, e depende, como já vimos até aqui, mais do prestígio de um ofício do que de suas práticas e técnicas.

³ De acordo com Everett Hughes, a transferência de tarefas técnicas de uma categoria profissional à outra supõe implicitamente que aquele que ocupa a posição de *braço direito* “ultrapassa os limites de sua autoridade a fim de proteger os interesses de todas as pessoas implicadas.” Cf. HUGUES 1996:65.

⁴ Da metodologia de pares e do seu imprescindível reconhecimento de uma determinada categoria social, ainda que para fins estratégicos, adveio, como dissemos, o sucesso do Programa de AIDS brasileiro e o capital político que lhe permitiu exigir do governo americano a revisão das condições impostas para o financiamento das campanhas de prevenção de HIV e AIDS no Brasil. Enquanto houvesse, entre outras, a cláusula de compromisso de combate à prostituição o governo brasileiro prescindiria dos US\$ 40 milhões destinados aos projetos de prevenção, graças às condições impostas, a seu turno, pelas ativistas do movimento social de prostitutas. A metodologia por pares, recente e hoje bastante utilizada para a implementação das mais variadas políticas públicas, fomenta o processo de construção de categorias sociais que, por fim, contribuem nas estatísticas oficiais.

⁵ Cf. *Documento referencial para ações de prevenção das DST e da AIDS – Profissionais do Sexo*, do Ministério da Saúde.

concepção da atividade pautada pela *escolha* e não pelas vicissitudes da vida. Com isso, atraíram a atenção e a simpatia de um público mais amplo e tornaram conhecidas as causas da categoria.

Visibilidade pública

A partir dos anos 1990, a ONG Davida, fundada pela presidente da Rede Brasileira de Prostitutas⁶ e com sede no Rio de Janeiro, montou peças de teatro e organizou serestas em vários pontos de prostituição da cidade. Na década seguinte, a mesma associação ganharia visibilidade internacional com a criação da Daspu, grife para a qual desfilaram não só as prostitutas que fazem o *trottoir* na Praça Tiradentes, no centro do Rio de Janeiro, como manequins de renome.⁷ Na Vila Mimosa, conhecida “zona” de prostituição situada em região contígua ao centro de negócios da cidade, desfiles de moda também foram organizados. Aqui, no entanto, pela associação dos proprietários dos bordéis para serem protagonizados pelas prostitutas que ali trabalham. Para este desfile, a associação comprou máscaras para que as mulheres preservassem duas identidades. Estas, no entanto, preferiram deixar o rosto à mostra, surpreendendo os organizadores do evento.

Estes dois episódios exerceram um forte apelo na mídia, tendo sido fartamente noticiado pela imprensa nacional e estrangeira o modo como se deu, nos dois casos, a exibição pública dessa identidade social.⁸ Os *leads* precisavam, no entanto, que as iniciativas partiram de grupos distintos (prostitutas, no primeiro caso; cafetinas e empresários, no segundo), reunidos em associações em torno dos quais se estruturam duas das principais áreas de prostituição na cidade do Rio de Janeiro: a Praça Tiradentes, localizada na área central de negócios,⁹ e a Vila Mimosa, espécie de “cidade cenográfica da prostituição carioca” (Simões 2010; Mello *et ali.* 2007), cujos bordéis

⁶ Gabriela Silva Leite.

⁷ Daspu surgiu na ocasião em que os jornais de grande circulação noticiavam o escândalo de sonegação fiscal envolvendo as proprietárias de um suntuoso *magazin* da capital paulista – Daslu – que supre com a *haute couture* os guarda-roupas da elite brasileira.

⁸ Ver os jornais Beijo da Rua, agosto e setembro de 2002; revista Der Spiegel, setembro/2002; O Globo de 17 de dezembro de 2005, 10 de janeiro de 2006, 21 de fevereiro e 19 de maio; Revista Isto É de 30 de novembro de 2005; Beijo da Rua, dezembro de 2005.

⁹ As prostitutas que ali praticam o *trottoir* se mobilizam para permanecerem no lugar em que milhões de dólares estão sendo investidos no projeto de “revitalização urbana” financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Trata-se do Projeto Monumenta, concebido pelo Ministério da Cultura para a revitalização dos centros históricos de várias cidades brasileiras. Sobre a revitalização da Praça Tiradentes e sobre a mobilização das prostitutas face aos investimentos de transformação do bairro, ver o jornal Beijo da Rua, edições de maio e dezembro de 2002.

funcionam em uma rua sem saída, entre os trilhos das duas gares da cidade, próximo ao centro de negócios do Rio.

Essas associações, formadas por prostitutas ou por empresários da prostituição, disputam, hoje, recursos provenientes de programas financiados pelo Ministério da Saúde, através de acordos bilaterais estabelecidos com o Banco Mundial, do BID, de ONGs internacionais e, até 2004, da USAID.¹⁰ Nem todas integram a Rede Brasileira de Prostitutas,¹¹ defensora do reconhecimento profissional da categoria e principal parceira do MS nas campanhas de prevenção da AIDS e das doenças sexualmente transmissíveis (DST). Em função disso, os conteúdos dos projetos podem variar tanto em termos de metodologia quanto em suas finalidades, embora sejam todos destinados à sustentar campanhas de prevenção junto a uma mesma “população.” Os principais recursos são obtidos através de projetos estruturados com um pequeno orçamento¹² e encaminhados pelas associações ao Ministério da Saúde. As rubricas podem contemplar desde a capacitação de pessoal, o trabalho de campo, a elaboração de material para campanhas preventivas, reuniões e o fomento institucional, entre outras possibilidades mais pontuais.

Mas é o estímulo à formação de novas associações de ‘profissionais do sexo’ e seu fortalecimento institucional a principal finalidade a ser alcançada através dos financiamentos oferecidos, sobretudo, pelo Ministério da Saúde. Esta, ao menos, foi a pauta estipulada pela Rede Brasileira de Prostitutas e apoiada pela Comissão Nacional de AIDS (CNAIDS).¹³ A participação dos chamados ‘profissionais do sexo’ – categoria que abrange prostitutas, travestis e *michês*¹⁴ – no trabalho de prevenção da AIDS e das DST é considerado, tanto pelos agentes do MS quanto pelos demais membros da CNAIDS, um dos fatores responsáveis pelo reconhecimento do Programa Nacional de AIDS brasileiro como um dos mais bem estruturados e eficazes do mundo.

¹⁰ Durante o governo Bush, a política americana para a prevenção da AIDS passou a impor normas mais restritas para o financiamento dos programas de “países em desenvolvimento.” Para receber os US\$48 milhões destinados pela USAID, o MS teria que aceitar a nova condição de não financiar associações de prostitutas. O novo termo pretendia afetar o movimento organizado e o processo de reconhecimento e regulamentação da prostituição no país. Diante do impasse, o MS decidiu recusar a oferta da USAID e manter os financiamentos às suas principais parceiras na prevenção das DST/AIDS.

¹¹ 35 associações de prostitutas, atuantes em todo o território nacional, compõem a Rede.

¹² Cerca de US\$ 20.000,00.

¹³ Instituída em 1986, a CNAIDS reúne representantes da sociedade civil no assessoramento ao Ministério da Saúde e ao seu Programa Nacional de AIDS na definição de ações e medidas concernentes ao controle da AIDS, em todas as suas dimensões.

¹⁴ Homens que se prostituem.

Tudo isso veio se configurar no novo contexto político brasileiro, que havia se tornado propício à ampla mobilização social e à emergência de diversas reivindicações coletivas. E podemos dizer que a origem do movimento de prostitutas, no Brasil, foi eminentemente urbana, configurando-se em torno de denúncias contra atentados aos direitos civis e pelo direito à cidade. Em 1987, as prostitutas militantes organizam no Rio de Janeiro o I Encontro Nacional de Prostitutas, no Centro de Artes Calouste Gulbenkian. Outros encontros similares são realizados, em seguida, em várias capitais do país. No I Encontro Norte-Nordeste de Prostitutas, em Recife, em 1988, elas discutiram a retirada do capítulo V do código penal e lançaram o primeiro jornal destinado à categoria, o *Beijo da Rua*; no I Encontro das Prostitutas Gaúchas, realizado em Porto Alegre, em 1989, foram relatados os problemas de humilhação institucionalizada, como, por exemplo, a existência de um ‘termo de vadiagem’ a ser assinado na delegacia pelas prostitutas presas ilegalmente nas ruas da cidade; e o I Encontro de Prostitutas do Pará, realizado em Belém, no ano de 1991, as mulheres puderam contar com o apoio institucional do governo daquele estado. Naquele mesmo ano, uma rádio comunitária foi criada na Vila Mimososa (Leite 1992; Moraes 1995; Simões 2010). E no ano seguinte, o Programa Prostituição e Direitos Civis desvincula-se do Instituto de Estudos da Religião (ISER) e passa a existir como a organização não-governamental *Davida – Prostituição, Saúde e Direitos Civis*, assessorando a fundação de novas associações em todo o Brasil e difundindo, através do jornal *Beijo da Rua*, os ideais da Rede.

Em 1988 a Assembléia Constituinte promulgou também a nova Constituição. Com ela, o Ministério da Saúde criou o Sistema Único de Saúde (SUS) e o seu Programa Nacional de AIDS, que viria desempenhar o papel determinante de incentivo à formação associativa das prostitutas, em todo o território nacional, e à participação da categoria nas Coordenações Estaduais e Municipais de DST/AIDS.¹⁵ O aparato institucional de promoção e apoio às associações passou a refletir tanto o resultado da mobilização das militantes quanto um estímulo à participação política cada vez mais florescente.

‘Agentes de saúde,’ ‘profissionais do sexo’ e, mais recentemente, ‘profissionais da sexualidade’ são terminologias que foram gestadas e cunhadas na *démarche* das

¹⁵ Para maiores informações sobre as ações deste programa junto a este público, ver o Documento Referencial para Ações de Prevenção das DST e da AIDS, Série Manuais no. 47, do Ministério da Saúde (2002).

atividades associativas e no diálogo estabelecido entre os grupos organizados e o Estado. Para este, tais terminologias permitem melhor formular as ações “multiplicadoras,” com a qual se espera alcançar um determinado resultado junto aos membros da categoria do agente.

No que concerne aos interesses dos grupos, essas terminologias podem não passar de eufemismos ou, em alguns casos, representar uma nova “profissão” – o que gerou inúmeros e aguerridos debates entre as prostitutas militantes. Apesar desses imponderáveis, as terminologias vieram mudar, de todo modo, certos paradigmas relativos à prostituição ao considerarem os membros da categoria como “profissionais do sexo” ou “da sexualidade.” Permitiram também realçar uma série de procedimentos e capacidades desenvolvidas no aprendizado do *métier*. O emprego dessas terminologias possibilitaram, ainda, incluir e manter o debate sobre a prostituição nas mais diversas arenas sob a perspectiva do trabalho e, mais precisamente, à luz de determinadas competências reconhecidas para o exercício de um ofício.

Ofício e custos aprendidos, por sua vez, nas *interações* que ocorrem em determinados horários, situações, ruas e casas da cidade e que serão, a seguir, objeto de nossa atenção.

A prostituição e a cidade: problemas públicos e identidade social

Durante quase todo o século XX o Rio de Janeiro comportou, em sua região central, conhecida como Cidade Nova, uma vasta área onde o baixo meretrício floresceu e perdurou. A Zona do Mangue, como era chamado aquele conjunto de ruelas e casas que se estendia às margens do canal, estava próxima das estações dos trens da Central do Brasil e da Leopoldina, e ligava-se ao cais do porto pelo bairro vizinho da Gamboa. Além disso, abrigava em seu perímetro pequenos alojamentos, cortiços, pensões e “casas de zungu”¹⁶ que propiciavam o acolhimento dos trabalhadores que por ali passavam em suas rotinas cotidianas ou na chegada à cidade.

Precisamente pela razão de sua localização e pelo grande número de pessoas que concentrava,¹⁷ instalaram-se nos limites do Mangue duas instituições disciplinares

¹⁶ O termo ‘zungu’ data de 1877 e, em língua quimbundo (*‘nzangu’*), quer dizer confusão, barulho, rixa. Casa de zungu possuía as mesmas características das “casas de cômodo,” ou seja, residências multifamiliares cuja ocupação ocorria sobretudo nos casarões da região central da cidade.

¹⁷ Entre 1920 e 1930, para cada três brasileiras que trabalhavam no Mangue havia uma estrangeira. As ‘polacas’ e as francesas eram maioria, contabilizando cerca de dez mil “escravas brancas” que entre 1918

responsáveis por destinar àquela área a função capital de um *cordão sanitário*. A primeira delas foi o Hospital São Francisco de Assis, em 1922, que passou a funcionar no antigo prédio do primeiro asilo de mendigos da cidade. Dois anos antes de abrirem as portas como hospital destinado ao tratamento de doenças venéreas, o governo da antiga capital da República já havia mandado retirar as prostitutas que faziam o *trottoir* em outros bairros centrais, obrigando-as a permanecerem nos lupanares do Mangue durante a visita do rei e da rainha da Bélgica à cidade. A segunda instituição disciplinar instalada na região foi o 13º. Distrito de Polícia, o qual mantinha em seus arquivos um fichário com o nome de todas as mulheres que trabalhavam nos bordéis locais.¹⁸

Tal medida prenunciava ser o Mangue o lugar ideal para a localização do meretrício carioca, contribuindo para a definição dos espaços morais da cidade e, pela ótica higienista de então, também para o controle da sífilis e de outras doenças venéreas que assombravam a vida da população no início do século XX. Junto a isso, a grande mobilidade dos habitantes desta área era um dos distintivos que davam à Cidade Nova o caráter de *área natural*¹⁹ do baixo meretrício no Rio de Janeiro.

Entretanto, o inexorável processo da expansão urbana pouco a pouco confinou e reduziu os seus domínios. Em 1945, a construção da Avenida Presidente Vargas pôs abaixo cerca de quinhentos edifícios da região, entre eles quatro igrejas, um mercado, a sede da prefeitura e muitas casas onde funcionavam os bordéis, espalhando, entre os moradores da cidade, o medo de que a prostituição *proliferasse* para outros bairros. Em 1954, iniciou-se a experiência conhecida como República do Mangue, termo cunhado pelos policiais da Delegacia de Costumes e Diversões (DCD) com o objetivo de fichar as prostitutas daquela área para que fossem exercidos simultaneamente os controles médico²⁰ e policial.²¹ Em 1967, a visita da rainha Elizabeth II e de sua comitiva tornaria o casario parcialmente invisível para aqueles que cruzassem a Avenida Presidente Vargas.

e 1930 desembarcaram nos portos brasileiros para se prostituírem. Nas fichas reunidas no 13º. Distrito de Polícia vê-se que ali também aportaram romenas, russas, iugoslavas, argentinas e, entre todas, predominavam as judias, pois muitos traficantes de mulheres eram israelitas. Cf. PEREIRA 1966.

¹⁸ Sobre o registro de prostitutas em fichários de instituições de controle e em catálogos de proxenetas e as expectativas em torno da atividade na manutenção da ordem social, ver TREXLER 1981; CHOLLEY 2001; MATHIEU *et* MAURY 2003; SIMÕES 2010.

¹⁹ Este conceito, criado por Ezra Park para designar áreas cujas atividades resultam da interação social e não do planejamento oficial, evoca a idéia de uma ecologia urbana determinada por fatores econômicos e sociais que influem na distribuição da população em áreas de trânsito, lazer, moradia e trabalho. V. PARK, 1979 [1925]; ZORBAUGH, 1970:410.

²⁰ Sob a orientação do hospital Gafrée e Guinle.

²¹ A cargo do 13º. Distrito de Polícia.



Os tapumes incitaram ainda mais a curiosidade dos transeuntes que passavam pelo Mangue.

Fonte: Simões 2010.

A ordem dos militares era esconder o Mangue com tapumes e, com isto, traçar, finalmente, os limites da “zona.” Em 1970, o *Jornal do Brasil* chegou a anunciar “o fim do Mangue.” Mais de trinta casas estavam sendo desapropriadas e outras tantas deveriam passar pelo mesmo processo, pois, desde o início, a década de 1970 seria marcada pelas obras de construção do metrô e do Centro Administrativo São Sebastião (CASS), sede da Prefeitura do Rio de Janeiro.²²

Com as obras, a área abrangida pelo CASS não mais deixava espaço para um novo deslocamento das prostitutas. Havia, porém, em um pequeno trecho fronteiro entre a Cidade Nova e o bairro do Estácio, uma travessa com casas, próxima ao sítio reurbanizado e à estação de metrô, onde os bordéis seriam reinstalados, pela última vez naquele bairro, em 1979. Em seu pórtico lia-se “Vila Mimosa.” E a vila, anteriormente ocupada por famílias, viria acolher a escória, os últimos habitantes de uma área já totalmente desmantelada pela renovação urbana. Nas casas da Vila Mimosa, prostitutas e cafetinas preservariam seus negócios e um estilo de gerir a prostituição, não sem sofrerem muitas novas ameaças. Porém, no decorrer desse *social drama* (Turner 1957; Mello & Vogel 1981), transformariam o lugar e suas atividades em um símbolo de resistência da Zona do Mangue e do direito à cidade (Moraes 1995; Simões 2010).

* * *

²² A população da cidade prestou uma anti-homenagem à nova sede do governo municipal, apelidando-o de Piranhão, uma explícita alusão à alcunha popular de prostituta e à menção que faz à voracidade carnívora do peixe amazônico. Na cidade, todos conhecem a sede da prefeitura pelo nome de “Piranhão,” e mesmo os seus funcionários se referem ao local de trabalho utilizando este nome. Mais recentemente, um prédio anexo foi construído e, novamente, a população lembrou a antiga área dos bordéis, dando-lhe a alcunha de “cafetão.”

Os estudos de ecologia urbana desenvolvidos pelos sociólogos de Chicago buscaram compreender a cidade e seus problemas através da análise dos processos de expansão urbana. Em um artigo de 1925, Ernest Burgess ilustrou o zoneamento da cidade e seu processo de expansão com a representação de círculos concêntricos, mostrando com isso os sucessivos processos da expansão.²³ Assim, em Chicago a prostituição se situava na zona de *Loop*, também chamada Zona Central de Comércio (I); na zona de transição, ou de deterioração (II) e na zona residencial (IV).

Transpondo o seu esquema para a cidade do Rio de Janeiro, vemos que aqui o mesmo ocorria: no centro de comércio, onde se situam as praças Tiradentes e Campo de Santana, e em cujo prolongamento também se encontra a praça Mauá, junto ao cais do porto, o cenário é marcado pela presença das prostitutas de rua, que fazem o *trottoir* e freqüentam bares, clubes e cinemas cuja programação se destina à exibição de filmes ou espetáculos eróticos. A prostituição de bordel, também chamada ‘prostituição localizada,’²⁴ se concentra na zona de transição. Nesta podemos classificar a Vila Mimosa, último reduto da prostituição na região central do Rio, e que, devido a renovação urbana, foi “reinventada” em um bairro contíguo pelos seus antigos proprietários (Simões 2010). Um tipo de prostituição mais discreta, pois confinada aos apartamentos e sustentada por um público de maior poder aquisitivo, ficaria reservada, por fim, às áreas residenciais da cidade. Nesta modalidade, o bairro de Copacabana se sobressai na geografia moral carioca (Gaspar 1994).

O denominador comum de cada um desses tipos de prostituição é o lenocínio, isto é, a organização comercial que garante a prostituição de outrem. O cáften, o rufião, a cafetina, o proxeneta, o gigolô, o dono de bordel, de termas ou de casas de massagem, figuras, enfim, que possibilitam o trabalho ou vendem proteção à prostituta contra ataques de clientes ou mesmo contra agentes do Estado, são, segundo as leis brasileiras,

²³ Neste trabalho, Burgess define o zoneamento da cidade da seguinte maneira: “A figura I [o núcleo dos círculos concêntricos] representa uma construção ideal das tendências de qualquer cidade para expandir-se radialmente da sua Zona Central de Comércio representada na figura pelo *Loop* (I). Circundando a área central há normalmente uma zona de transição, que está sendo invadida pelo comércio e pela manufatura leve (II). Uma terceira zona (III) é habitada por trabalhadores das indústrias que fugiram da área de decadência (II), mas que desejam viver em ponto de fácil acesso ao seu trabalho. Além desta zona acha-se a zona residencial (IV) de prédios de apartamentos de alta classe ou de seções ‘restritas’ de moradias isoladas de uma só família. Mais longe, além dos limites políticos da cidade, acha-se a zona de *commuters* – áreas suburbanas ou cidades satélites onde residem os *commuters*, que cada dia útil vão ao centro de manhã para trabalhar e voltam à noite – dentro de trinta ou sessenta minutos de viagem da zona central de comércio.” Cf. BURGESS 1979.

²⁴ A esse respeito, ver a entrevista com Armando Pereira (1966), delegado que durante anos trabalhou no 13º. Distrito de Polícia, situado na Zona do Mangue, região central da capital carioca onde, durante quase um século, se concentrou o baixo meretrício da cidade.

o único aspecto criminal da prostituição. Enquanto a chamada prostituição localizada costuma ser tolerada por configurar uma espécie de *cordão sanitário* e região moral que responde aos interesses do poder público, a prática do *trottoir*, mais visível e difusa, é combatida por métodos muitas vezes violentos. Na década de 1960, a polícia da capital recolhia cerca de 80 mulheres por dia, o que, ao final do mês, somava cerca de 1400 mulheres levadas às delegacias e encaminhadas às “malocas,” local onde permaneciam detidas de 2 a 5 dias em condições inexistentes de higiene. Nesses recintos, eram obrigadas a dormir no chão e, freqüentemente, também molestadas pelos policiais que as guardavam (Pereira 1966; Barruel de Lagenest 1960).

A humilhação ou a obrigação de obediência são, contudo, práticas de controle igualmente disseminadas nos estabelecimentos da chamada prostituição localizada. Nessas cidadelas geridas pela figura do proxeneta,²⁵ a prostituta torna-se a “menina” da casa. Mas, para tanto, deve ser domesticada pelos gerentes ou proprietários. No final dos anos 1950, em um bordel da capital paulista, Lagenest presenciou cenas em que a cafetina humilhava publicamente prostitutas devedoras de diárias (Lagenest 1960:13). Já em 2002, o gerente de uma casa na Vila Mimosa contou a esta etnógrafa ter agredido uma prostituta que trabalhava em seu estabelecimento, com o argumento de que a mulher fazia uso da cocaína.

Com a formação das associações de prostitutas, as agressões físicas e outras humilhações, atos que marcam o processo incriminatório do sujeito, passaram a ser identificados como problemas não mais individuais, mas coletivos e principalmente concernentes aos direitos civis.²⁶ Para compor e difundir esta consciência entre os membros da categoria, reuniões semanais, mensais e anuais tornaram-se uma das atividades mais importantes dessas associações. No Rio de Janeiro, o Fórum de Profissionais do Sexo, de âmbito estadual, foi criado para ser um espaço onde as mulheres pudessem discutir questões relativas, especificamente, ao trabalho sexual e a qualidade das interações mantidas com outros agentes durante o exercício do seu ofício. No Fórum, passaram a elaborar ainda mais suas narrativas (Schapp 1976) de modo a comunicar suas experiências de modo mais adequado e, com isso, persuadir um público qualificado e cada vez mais amplo da importância de suas reivindicações. O teor fático

²⁵ O termo grego *proxenus*, segundo o *Dictionary of Classical Antiquities*, designa o representante do Estado destacado para proteger e assistir os estrangeiros. Há ainda a acepção que lhe designa a função de ‘hospedeiro público’ ou ‘intermediário em transações comerciais.’

²⁶ Sobre a transformação de um problema em problema público, v. especialmente GUSFIELD 2009. Sobre a formação do público e de seus problemas ver DEWEY 1981 e CEFALAI 2002; e sobre o regime de justificação e a formação de consensos, ver BOLTANSKI et THEVENOT 1991.

das conversas e narrativas trazidas para este tipo de encontro em que expõem seus dramas pessoais e coletivos contribui para fortalecer a identidade e fundar a solidariedade de classe.

Em um sobrado próximo ao Campo de Santana, a poucos metros da Praça Tiradentes, acontecem esporadicamente as reuniões do Fórum de Profissionais do Sexo. Em uma destas, a diretora, há mais de trinta anos na prostituição, informava aos vinte e dois presentes que o grupo e as reuniões tinham sido criados para “acabar com a discriminação.” Discursava vigorosamente sobre a importância da auto-estima para o desempenho satisfatório de todos os papéis que sua vida lhe exigia e citava, como exemplo, o de ‘mãe,’ ‘avó,’ ‘dona-de-casa’ e ‘esposa,’ mostrando que o de ‘prostituta’ não a impedia de exercer aqueles representativos da vida doméstica, da ‘mulher direita’, da ‘mulher da casa’ e ‘feita para o casamento.’²⁷ “A minha profissão é prostituição, mas eu sou é Ivanilda Santos de Lima e quero ser reconhecida como pessoa, certo? Uma das coisas do grupo é isso: mostrar para a sociedade que *somos pessoas*.”

Na experiência do amor, como diz Honneth, se inscreve “a possibilidade de autoconfiança; na experiência do reconhecimento jurídico, o auto-respeito e, por fim, na experiência da solidariedade, a da auto-estima” (Honneth, 2000). Esses três padrões de reconhecimento são condições intersubjetivas nas quais o sujeito estigmatizado e vulnerável pode adquirir, de modo favorável, novas formas de se auto-perceber. “Os indivíduos se constituem como pessoas unicamente porque, da perspectiva dos outros que os assentem ou encorajam, aprendem a se referir a si mesmos como seres a que cabem determinadas propriedades e capacidades.”

“O Manguê resiste”

Meses depois do I Encontro Nacional de Prostitutas, em 1987, os jornais novamente faziam a cobertura da mobilização da categoria, desta vez contra as ameaças que vinham sofrendo dos prepostos de um pastor da igreja evangélica, dono de uma extinta rede de TV, cujos estúdios haviam sido instalados no prédio ao lado dos bordéis da Vila Mimosa (Leite 2009; Simões 2010; Moraes 1995).

O escritor Jorge Amado enviou, da Bahia, uma carta de apoio às prostitutas da Vila Mimosa, expressando, com isso, o quanto a questão adquiria gravidade num país

²⁷ Em 2009, Gabriela Silva Leite, presidente da Rede, lançou por uma grande editora carioca o seu segundo livro, intitulado “*Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta*.”

recentemente redemocratizado. Os problemas que se abatiam sobre as prostitutas eram, cada um deles, os mesmos que ameaçavam a nova ordem: o arbítrio e a discriminação.

Com o apoio de ONGs, artistas e pessoas ligadas às pastorais da Igreja Católica,²⁸ as prostitutas da Vila organizaram um ato público de repúdio “contra a violência, a especulação imobiliária e a discriminação social,” onde disseram entender que “atos como este não servem senão para discriminar e extinguir não só com as prostitutas, mas também com outras comunidades carentes que lutam pela preservação do seu espaço e a garantia dos seus direitos.” Este texto, parte do discurso lido durante a manifestação *O Mangue resiste*,²⁹ passou a integrar um dossiê organizado pela Associação da Vila Mimosa, fartamente documentado com abaixo-assinado, recortes de jornal, cartas, telegramas, levantamento das desapropriações e relatos de habitantes do entorno. O drama chegaria ao fim com um decreto assinado pelo prefeito instituindo a concessão do comodato das casas da Vila Mimosa às suas proprietárias.³⁰

Somente em 1996 o grupo seria novamente afetado e indenizado pela desapropriação dos imóveis, em vista da finalização do projeto de renovação urbana previsto para a Cidade Nova. Dali, prostitutas e cafetinas da Vila Mimosa saíram para reinventar a “zona” em uma rua recôndita de um bairro contíguo. Assim, preservariam as comodidades de permanecerem juntas e também um estilo de gerir a prostituição na grande cidade.

“Deixamos de ser zona: somos Vila Mimosa”

O movimento associativo iniciado nos anos 1980 visava conter a violência policial, denunciar a discriminação e legitimar o direito à cidade face aos processos de grilagem e de renovação urbana. Com a criação da Rede Brasileira de Prostitutas, em 1987, o debate foi sendo conduzido efetivamente para o reconhecimento da atividade como ocupação legal.

No entanto, no universo da prostituição carioca esse debate se estrutura em um antagonismo entre os propósitos claramente regulamentaristas da Rede e a postura ambígua dos vários empresários da prostituição da cidade com relação à

²⁸ Sobretudo a Pastoral da Mulher Marginalizada (eufemismo para “prostituta”), que entendia ser a prostituta uma “vítima da sociedade machista.”

²⁹ Realizado em uma importante casa de espetáculos da Lapa, no Rio de Janeiro, no dia 10 de dezembro de 1987. V. Jornal do Brasil e Tribuna da Imprensa de 10/12/1987.

³⁰ V. Jornal do Brasil de 25 novembro de 1987: “O Mangue Resiste: prostitutas garantem ajuda do prefeito na luta contra o pastor,” O Globo do mesmo dia e os jornais Tribuna da Imprensa, O Dia e O Globo de 26 de novembro de 1987.

regulamentação da relação de trabalho. Entre esses últimos, se encontra a associação dos proprietários dos bordéis da Vila Mimosa.

“Vila Mimosa,” espécie de nome fantasia evocativo da antiga zona de prostituição demolida, é o nome do conjunto de bordéis que funcionam, hoje, em uma rua nas cercanias da Cidade Nova. A associação fundada na antiga zona havia sido fundada por prostitutas, enquanto que a associação da Vila Mimosa atual defende os interesses dos “donos-de-casa,” ou seja, dos proprietários dos estabelecimentos.

Qualquer prostituta pode trabalhar nos bordéis da Vila, bastando, para isso, pagar R\$ 5,00 ao gerente da casa pelo uso da cabine onde atenderá o cliente. Entretanto, a mulher que chega até ali recebeu indicações de pessoas que, em algum momento, tomaram conhecimento de sua necessidade de trabalhar, de complementar o orçamento ou de sanar eventuais carências afetivas. Taxistas, gerentes e outras prostitutas são os principais agenciadores, pois conhecem o *métier* e logo percebem ou procuram saber as razões que podem fazer da mulher uma possível candidata.

Cerca de 1500 pessoas trabalham nos 78 estabelecimentos da Vila Mimosa, em dois ou três turnos. Este número contempla gerentes, vendedores ambulantes, ‘barraqueiros,’³¹ seguranças, cabeleireiros, manicures, taxistas, *motoboys*,³² funcionários da associação e prostitutas. Quanto a estas, a Associação diz serem “mais de mil,” número que flutua devido à permanência intermitente das mulheres na prostituição. Grande parte das que trabalham na Vila Mimosa tem entre 20 e 29 anos e o primeiro grau completo.

Se os motivos que as fazem optar por essa atividade se caracterizam por carência pecuniária ou afetiva, é o casamento o que mais contribui para o afastamento da prostituição. No meio de uma tarde, horário de baixa freqüentação nos bordéis, a etnógrafa participa de uma conversa com o dono de um estabelecimento e a prostituta que considerava a possibilidade de mudar de ofício. De repente, exagerando certo ar de fastio, o homem resume a chorumela da moça: “Vocês querem é casar. Aliás, vocês casam toda hora!”

Este mesmo empresário, sempre que lhe parece necessário, profere palavras enaltecidas e carinhosas para as prostitutas. O acolhimento, diz ele, é crucial para o bom andamento do trabalho. E também um estímulo para a prostituta se engajar no

³¹ Pessoas que vendem comida e bebida em pontos fixos dentro dos galpões ou na rua.

³² Serviço de táxi feito em motocicletas existente, hoje, em grande parte das favelas da cidade para suprir uma demanda local. O preço é fixo e bastante inferior ao cobrado pelos taxistas.

acirrado jogo da sedução de um cliente. Mas o acolhimento na Vila Mimosa, naquele verão de 2001, não se restringia mais apenas à interação face-a-face entre donos-de-casa, gerentes e prostitutas. Referia-se a modernização dos bordéis, dos serviços oferecidos pela associação às prostitutas, a organização local voltada para o “lazer sexual” e a própria propaganda do lugar. Por isso o investimento na construção de salões de beleza na sede da associação e nos bastidores de algumas casas; na realização de desfiles de moda e festas comemorativas de aniversários e dias santos; na instalação de aparelhos de musculação para uso das mulheres; na implantação de um ambulatório e no atendimento psicológico destinado a elas; nos projetos de inclusão digital e bancária³³ para beneficiar as prostitutas que trabalham na Vila; nas atividades que visam informar sobre a prevenção de DST, do HIV e da AIDS e, por fim, na construção de um *site* (www.vilamimosa.com.br) que divulga na Internet as ações promovidas pela Associação.

A assunção de um projeto institucional pelos donos-de-casa da Vila Mimosa se desdobrou, enfim, na criação de mecanismos que visavam elevar os traços positivos do lugar e da organização dos proprietários dos bordéis. No *site*, é o “trabalho social” que aparece como a grande vedete das ações promovidas pela associação.³⁴

Pensadas à luz de novas justificativas sociais que pudessem produzir contextos mais favoráveis à inserção dessa associação nos campos político, econômico e social, tais iniciativas buscavam também dissociar a idéia de ‘bagunça’, sinônimo de uma das acepções de ‘zona’, do ambiente da prostituição. Vontade esta sintetizada nas palavras de um dos membros da associação: “deixamos de ser *zona*: somos *Vila Mimosa*”. Para esses novos empresários da prostituição carioca, a Vila Mimosa de hoje representa um *upgrade*, a modernização dos bordéis e do modo de administrar esse lugar reservado para a prática da prostituição e das inúmeras formas de sociabilidade que compõem esse universo.

As instituições que hoje apóiam os projetos da Associação figuram na página principal do *site*: UNESCO, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Governo Federal, Ministério da Cultura, Escritório contra Drogas e Crime das Nações Unidas, Conselho Nacional de DST/AIDS e Assessoria DST/AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria de Saúde do Estado do RJ, Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP), Brasil Foundation e Fundo Angelo Borba de Recursos para Mulheres. Um anúncio intermitente indica: “Aqui você tem: assistência médica, atendimento psicológico, aulas

³³ A Caixa Econômica Federal enviou dois funcionários à Vila Mimosa para realizarem a abertura de contas sem exigência de comprovação de renda para as prostitutas. Foram abertas mais de 300 contas, com depósitos iniciais de R\$250,00 a R\$1.000,00. V. Jornal Beijo da Rua, dezembro de 2003: “Caixa vai à *zona* abrir contas para profissionais.”

³⁴ Uma de suas mais ativas diretoras formou-se recentemente no curso de Serviço Social.

de inglês/espanhol, aula de informática, palestras sobre cidadania, conta bancária, poupança, plano de previdência, consórcio para a casa própria.” A página ‘Biblioteca’ destina-se exclusivamente à difusão de textos sobre DST’s e AIDS. Há fotografias de festas, campanhas de prevenção e campanhas políticas onde aparecem desfigurados os rostos das prostitutas; apenas algumas ‘donas-de-casa’ se deixam mostrar. Por fim, e com grande destaque, o visitante pode conhecer a história registrada pela associação sobre a Zona do Mangue e seu último reduto, a antiga vila demolida, chamada Vila Mimosa.

O ‘submundo’ no Congresso

No mesmo mês em que a Associação da Vila Mimosa organizou o seu primeiro desfile de modas, no inverno de 2002, o diretor e a presidente foram a Ipanema, na Zona Sul da cidade, participar de um jantar oferecido pelo deputado federal Fernando Gabeira, autor do projeto de lei que suprime os artigos 228, 229 e 231 do Código Penal.³⁵ O assunto que os levava àquela reunião estava, pois, diretamente associado aos seus interesses empresariais. Afinal, naquela noite, o parlamentar apresentaria a 50 convidados o seu projeto de lei. Inspirado na legislação alemã,³⁶ em vigor desde janeiro daquele ano, o projeto brasileiro pressupunha a possibilidade de contratos trabalhistas entre prostitutas e cafetões e cafetinas. A retirada do lenocínio do universo da ilegalidade e do crime através do reconhecimento legal de seu exercício, permitiria enquadrar a relação de trabalho estabelecida entre esses empresários e as prostitutas.

Junto com esta etnógrafa e prostitutas que trabalham nas praças Mauá, Tiradentes e Campo de Santana, jornalistas, ativistas e empresários do *bas-fond* carioca, os dois representantes da Vila Mimosa ouviram atentamente a exposição do deputado. Com sua postura política libertária e habitual *nonchalance*, devotadas, desde o início de sua carreira, a elucidação dos usos e dos costumes que instituem a marginalidade social e política de determinados grupos sociais, o deputado propôs ser o *porte-parole* das prostitutas no Congresso Nacional. “Quero esclarecer que nasci e vivi ao lado de uma zona de prostituição e as prostitutas tiveram um papel fundamental na minha educação, protegendo-me e orientando-me em situações perigosas.” Uma calorosa salva de palmas

³⁵ Relativos ao lenocínio e ao “favorecimento” da prostituição.

³⁶ Em 01 de janeiro de 2002 entrou em vigor na Alemanha a lei que suprimiu do Código Penal Alemão o crime de ‘favorecimento da prostituição.’

confirmou a aceitação de sua proposta. Para todas aquelas ali presentes, o projeto do deputado representava o coroamento dos vários anos de aguerrida participação nas mais diversas arenas públicas pelo reconhecimento dos direitos civis da categoria.

No entanto, para o diretor e a presidente da Associação da Vila Mimosa, o projeto era apenas o começo das mudanças que poderiam afetar completamente seus negócios, e merecia, portanto, ser ampla e exaustivamente debatido. A presidente se contrapunha à idéia aludindo à *vergonha* de ter o nome do ofício registrado em uma carteira de trabalho e aos seus possíveis desdobramentos negativos. O diretor, por sua vez, enumerava as ações da Associação da Vila Mimosa para melhor contrastá-las e distingui-las, moralmente, da dissimulação da prostituição gerida pelos proprietários de hotéis e motéis, conscienciosos em desembaraçarem-se desse tipo de relação de trabalho. Embora ausentes, não foi sem incômodo que se ressentiu, na ocasião, a falta dos representantes da hotelaria carioca.

As divergências entre os representantes das duas categorias – prostitutas e proxenetas – se explicitaram naquele jantar, agora para um grupo seletivo, porém eclético de ativistas e, como se não bastasse, em uma instância heterônoma. A platéia testemunhava que aos olhos dos dois empresários a prostituição era uma atividade provisória e circunstancial, enquanto que para as prostitutas militantes, as mais interessadas no projeto de lei, era fundamental esclarecer a possibilidade da *escolha* pela prostituição, assim como a permanência na atividade para, por conseguinte, se poder exigir a garantia de direitos trabalhistas e demais benefícios previdenciários garantidos pelo tempo de trabalho em determinado tipo de ocupação.

No chamado submundo, a venda de proteção à prostituta – ou seja, o lenocínio – é a mercadoria política (Misse, s/d) responsável pela manutenção da ordem. O mercado onde este tipo de mercadoria circula é essencialmente criminalizado. A extorsão e as transações de proteção dependem, assim, de uma rede de confiança estabelecida entre os envolvidos e derivada da situação de ilegalidade de que partilham. “A economia das ‘ligações perigosas’ entre mercados informais de bens econômicos ilegais ou criminalizados e mercadorias políticas ilícitas se alimenta, assim, paradoxalmente, das próprias políticas de criminalização que demarcam esses mercados.”³⁷

³⁷ O autor cita como exemplos desse tipo de mercadoria política, cuja criminalização decorre do emprego da violência para fins privados, a “proteção” oferecida pela máfia siciliana, as negociações de preço pelo resgate de seqüestrados no Rio de Janeiro, ao longo dos anos 1990 e o assassinato por encomenda feito pelos chamados ‘grupos de extermínio.’

“Sem vergonha, garota: você tem profissão”

Paralelamente a arena formada em torno da descriminalização das relações de trabalho no universo da prostituição, o Ministério do Trabalho se empenhava para inserir a atividade na última edição de sua Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).³⁸ O novo inventário das ocupações brasileiras seria publicado em 2003, mas foi também naquele ano de 2002 que os delegados do MT reuniram-se em um hotel, em Copacabana, com dez prostitutas representantes das cinco regiões do país – norte, nordeste, centro-oeste, sul e sudeste – para cumprirem a tarefa de definição da atividade a partir das condições gerais do seu exercício, das competências³⁹ pessoais exigidas e dos recursos materiais necessários para o seu pleno desempenho.

A etnógrafa pôde acompanhar os dois dias e as duas noites de intensas discussões e muitas ponderações e reflexões a respeito do ofício e das vantagens e desvantagens encontradas durante as atividades, segundo prostitutas provenientes de diversas regiões do Brasil. As que vieram do estado do Pará,⁴⁰ no norte do país, defendiam como parte do trabalho ocupar-se das compras e das roupas de seus homens no garimpo, assim como a aplicação de sua renda em pepitas de ouro. Os contextos criados pela prostituição nos mais variados meios urbanos do país eram assim explicitados, dando mostras da complexidade dos procedimentos e da metodologia aplicada pelo MT na construção das categorias profissionais brasileiras.

A principal etapa do processo de definição de uma nova categoria consiste em enumerar todas as atividades que constituem o ofício e as competências que os membros consideram relevantes para o seu pleno exercício de modo que seja possível, em seguida, evidenciar o contexto em que as aptidões se fazem necessárias. Tal propedêutica visa dar maior precisão ao conjunto que distinguirá uma ocupação de

³⁸ A CBO é o documento que reconhece, nomeia e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares. A classificação, contudo, não pretende dar conta das relações de trabalho e por isso se distingue da regulamentação da profissão, apreciada no Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República.

³⁹ Ocupação e competência são as bases conceituais da CBO. O primeiro termo compreende, em sua definição, ‘emprego’ ou ‘situação de trabalho,’ que é um “conjunto de atividades desempenhadas por uma pessoa, com ou sem vínculo empregatício.” O segundo faz distinção entre ‘nível de competência’ e ‘domínio (ou especialização) da competência,’ sendo aquele “função da complexidade, amplitude e responsabilidade das atividades desenvolvidas no emprego ou relação de trabalho” e este as “características do contexto do trabalho como área de conhecimento, função, atividade econômica, processo produtivo, equipamentos, bens produzidos” que identificarão o tipo de ocupação ou profissão. Cf. *Informações Gerais* sobre a CBO, documento disponível no *site* do Ministério do Trabalho e Emprego: <http://www.mtecbob.gov.br/informacao.asp>

⁴⁰ Grupo de Mulheres Prostitutas da Área Central de Belém (GEMPAC).

outra, estabelecendo limites entre labores que demandam competências muitas vezes idênticas.

De acordo com o sistema classificatório da CBO, a prostituição pertence ao Grande Grupo 5, que reúne:

... Trabalhadores dos serviços e vendedores do comércio em lojas e mercados. Este grande grupo compreende as ocupações cujas tarefas principais requerem para seu desempenho os conhecimentos e a experiência necessários para prestações de serviços às pessoas, serviços de proteção e segurança ou a venda de mercadorias em comércio e mercados. Tais atividades consistem em serviços relacionados a viagens, trabalhos domésticos, restaurantes e cuidados pessoais, proteção às pessoas e bens e a manutenção da ordem pública, venda de mercadorias em comércio e mercados.

No conjunto de tarefas elaborado pela comissão *ad hoc* de representantes do *métier* encontram-se atividades designativas de outras ocupações – lavar roupas, por exemplo, – e situadas em contextos bastante específicos – como o garimpo. Como competência foram citados, unanimemente, os diversos modos de sedução. Neste momento, diante do acordo sobre a principal prática da prostituição, alguém sugeriu incluir uma competência cuja propriedade era, antes, a de uma ética: ‘não cortejar companheiros de colegas de trabalho.’ Marcada pelo decoro, a compostura e a moralidade, a deontologia da ocupação ‘prostituição’ ganharia forma, a partir daquele instante, para em seguida ganhar mundo nas páginas da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

As participantes definiram as competências e atividades características da prostituição a partir da enumeração das etapas que abrangem desde a preparação para o trabalho – ‘produzir-se’ – até o cuidado com a formação de aprendizes – isto é, a difusão de um conhecimento elaborado pela prática do ofício. As etapas do trabalho de prostituta foram assim definidas: ‘batalhar programa’, ‘minimizar as vulnerabilidades’, ‘atender clientes,’ ‘acompanhar clientes,’ ‘administrar orçamentos,’ ‘promover a organização da categoria’ e ‘realizar ações educativas no campo da sexualidade.’ Cada etapa configurou um grupo formado por competências específicas, dentre as quais surgiram: ‘dar conselhos a clientes com carências afetivas,’ ‘posar para fotos,’ ‘fazer compras para o garimpo,’ ‘lavar roupas dos garimpeiros,’ ‘cuidar de garimpeiros enfermos,’ ‘inventar histórias,’ ‘cuidar da higiene pessoal do cliente,’ ‘encantar com a voz,’ ‘seduzir com o olhar,’ ‘conquistar com o tato,’ ‘envolver com o perfume,’ ‘reconhecer o potencial do cliente,’ ‘satisfazer o ego do cliente,’ ‘denunciar

discriminação,' 'usar e distribuir preservativos' e 'manter relações sexuais.' Além das práticas sinestésicas e, por que não dizer, psicanalíticas voltadas para a interação com o cliente, para o pleno desenvolvimento do ofício foram incluídas ainda 'ações educativas no campo da sexualidade,' com a elaboração de roteiros para peças teatrais, aconselhamento a meninas de rua, palestras na rede de ensino e nos cursos de formação e reciclagem de policiais.

Note-se que a construção mesmo da categoria ocupacional sintetiza o drama social do próprio trabalho. Os personagens, portanto, estão lá: garimpeiros, policiais, clientes, companheiros das colegas.⁴¹ Com eles, os cuidados a serem observados durante a interação que engendram: 'usar preservativo,' 'denunciar discriminação e violência física.'

E deste modo, finalmente, evidenciam-se, na construção de uma categoria profissional, alguns princípios fundamentais que justificam socialmente a atividade. A inspiração do artista, a tradição de um *métier*, a competência técnica de uma profissão ou o civismo de um ofício são alguns exemplos de princípios reclamados como virtudes – e ética – de suas respectivas identidades (Desrosières & Thevenot 2002: 37).

Apesar das particularidades incluídas no registro e não necessariamente experimentadas por todos os membros da categoria, a exegese da ocupação deixa entrever que as situações enfrentadas por um membro e as maneiras com que ele responde a elas são muito semelhantes àquelas experimentadas e resolvidas por outros integrantes da mesma categoria. Goffman observou que essas semelhanças existem *apesar* da característica – ou do estigma – que os aproxima, e não *por causa* dela. Com isso, ele constatava a pertinência de um “estudo institucional do eu,” entre “o eu e sua sociedade significativa” (Goffman 1961:112). Nesse sentido, a exegese de uma ocupação acaba sendo também a exegese dos mores de uma sociedade.

À guisa de conclusão

As efemérides de 2002 fizeram com que as associações das prostitutas gozassem de uma espécie de *anno mirabilis* da história da prostituição no Brasil. Esta foi em muito favorecida pelas relações construídas com as instituições federais, especialmente com o Ministério da Saúde que, além de financiar os projetos institucionais das

⁴¹ “Il faut se rappeler qu'un métier n'est pas seulement un faisceau de tâches, mais aussi un rôle social, le personnage que l'on joue dans une pièce [*drama*]. » HUGUES 1996: 72.

associações, lançou, também em 2002, uma campanha nacional de prevenção das DST e da AIDS intitulada “*Sem vergonha, garota: você tem profissão.*”⁴²

Destinada especificamente às prostitutas, a campanha se empenhou em afirmar, pela primeira vez na história das políticas públicas, a sua identidade profissional, tornando-a “braço direito” do trabalho preventivo proposto pelo Ministério da Saúde.

Sobretudo em uma sociedade bacharelesca, para dizer nos termos de Gilberto Freyre, ter uma profissão significa ser *mais* respeitado por indivíduos e instituições públicas. Ao considerar as relações estabelecidas entre os membros de um *métier* e a sociedade onde se inserem, Everett Hughes investe na mesma direção e propõe que se entenda em quais circunstâncias aparece o desejo de transformá-lo em uma profissão, e quais são as etapas a serem vencidas para aproximá-lo do modelo valorizado de uma profissão.

Professio, palavra latina da qual se origina, designa o ato de proferir, de manifestar publicamente ou diante de uma comunidade os votos expressivos da crença, da fé ou da opinião que se apregoa. Deste ponto de vista, sugere a eleição e o engajamento rotineiro em um conjunto determinado de atividades e modos de proceder. Supõe, portanto, uma dedicação constante em vez das intermitências provocadas por alguma eventualidade ou pelo circunstancial. Suscita, finalmente, a assunção de um papel. E, com isto, determinados modos de se definir situações no drama da vida social.

Soraya Silveira Simões

Doutora em Antropologia

Pesquisadora associada ao CLERSÉ-MESH/Université de Lille 1 e ao Laboratório de Etnografia Metropolitana-LeMetro/IFCS-UFRJ, InEAC/INCT.

⁴² No Brasil, ‘sem vergonha’ é também sinônimo de ‘mulher da vida,’ puta, prostituta. A campanha tirou partido desse denominativo, conferindo-lhe outro sentido: conclamando a prostituta a deixar, ao contrário, de ‘ter vergonha,’ pois, afinal, o papel desempenhado ascendia ao *status* honroso de uma profissão. O *single* da campanha, veiculado nas rádios de todo o país, fazia coro a esse chamado: “Sei que a vida a levou por diversos caminhos / por sobrevivência ou amor você vende carinhos / não se arrisque nem um instante, não vá se esquecer / a sua saúde é importante / cuide bem de você / você é profissional do amor, profissional do prazer / por isso tome cuidado, com cliente ou namorado / você tem que se proteger.”

Identity and Politics: prostitution and recognition of a *metier* in Brazil

Abstract: This article analyzes the development of Rio de Janeiro's prostitutes mobilization towards the recognition of a professional identity. The formation of prostitutes' associations in Brazil since the 1980s, the effective participation in the movement of AIDS prevention, and the dialogue with the Ministry of Health for achieving the desired formal status of prostitution in the Ministry of Labor's Brazilian Classification of Occupations (CBO) contributed to the definition of its causes, that will be, here, returned to its political, social and urban contexts, in order to highlight the development of a code of ethics of a professional group.

Keywords: prostitution; Rio de Janeiro, social mobilization, recognition, professional groups.

Referências bibliográficas:

- BARRUEL DE LAGENEST. Lenocínio e Prostituição no Brasil. Rio de Janeiro : Agir, 1960.
- BOLTANSKI, Luc. De la dénonciation. In Actes de la Recherche en Sciences Sociales. Paris, n. 51, mars 1984.
- _____ & THEVENOT, Laurent. De la justification : les économies de la grandeur. Paris : Gallimard, 1991.
- BURGESS, Ernest. « La croissance de la ville. Introduction a un projet de recherche » En : Yves Grafmeyer y Isaac Joseph (comps.) : L'École de Chicago. Paris: Les éditions du Champ Urbain, 1979, pp. 127 a 144.
- CEFAÏ, Daniel. « Qu'est-ce qu'une arène publique ? Quelques pistes pour une perspective pragmatiste ». En Daniel Cefai y Isaac Joseph (comps.) : L'héritage du pragmatisme. Paris : Éditions de l'Aube, 2002, pp. 51 a 82.
- CHOLLEY, Jean. Courtisanes du Japon. Arles cedex: Éditions Philippe Picquier, 2001.
- DESROSIÈRES, Alain & THÉVENOT, Laurent. Les catégories socio-professionnelles. Paris : La découverte, 2002.
- DEWEY, John. The public and its problems. Ohio: Ohio University Press, 1981 [1927]. Documento referencial para ações de prevenção das DST e da AIDS – Profissionais do Sexo, série Manuais, no. 47, Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Coordenação Nacional de DST e AIDS, Brasília, março 2002. 160p.
- GASPAR, Maria Dulce. Garotas de Programa: Prostituição em Copacabana e Identidade Social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- GOFFMAN, Erving. Manicômios, Prisões e Conventos. São Paulo, Editora Perspectiva, 1961.
- _____. Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.
- GUSFILED, Joseph. La culture des problèmes publics – l'alcool au volant : la production d'un ordre symbolique. Paris : Economica, 2009.
- HONNETH, Axel. La lutte pour la reconnaissance. Paris : Cerf, 2000.
- HUGHES, Everett C. Le regard sociologique – essais choisies. Paris : Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1996.
- LEITE, Gabriela Silva. Eu, mulher da vida. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- _____. Filha, mãe, avó e puta. A história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- MATHIEU, Jean & MAURY, P.H. Bousbir : la prostitution dans le Maroc colonial – ethnographie d'un quartier réservé. Paris : Éditions Paris-Méditerranée, 2003.
- MELLO, Marco Antonio da Silva; KANT DE LIMA, Roberto; VEIGA, Felipe Berocan; VALLADARES, Lícia. « Si tu vas à Rio! Isaac Joseph et l'expérience

- brésilienne ». En : Daniel Cefaï y Carole Saturno (comps.): Itinéraires d'un pragmatiste : autour d'Isaac Joseph. Paris: Economica, 2007, pp. 235 a 259.
- MELLO, Marco Antonio da Silva & VOGEL, Arno. Quando a rua vira casa. Rio de Janeiro: IBAM, 1981.
- MISSE, Michel. s/d. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. Disponível em <http://www.ifcs.ufrj.br/~misse/perigo.doc>
- MORAES, Aparecida Fonseca. Mulheres da Vila: prostituição, identidade social e movimento associativo. Petrópolis : Vozes, 1995
- PARK, Robert Ezra. « La Ville. Propositions de recherche sur le somportement humain en milieu urbain ». En Yves Grafmeyer y Isaac Joseph (comps.): L'École de Chicago. Paris: Les editions du Champ Urbain, 1979, pp. 79 a 126.
- PEREIRA, Armando. "Prostituta não é caso de polícia". En: A Prostituição é necessária? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, pp. 59 a 74.
- SCHAPP, Wilhelm. Empétre dans des histoires. L'être de l'homme et de la chose. Paris : Cerf, 1992 [1976].
- SIMÕES, Soraya Silveira. Vila Mimososa: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca. Niterói: EdUFF, 2010.
- TARDE, Gabriel. La morale sexuelle. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 2008.
- TREXLER, Richard. La prostitution florentine au Xvè siècle : patronages et clientèles. In : Annales, n.6, novembre-décembre, 1981.
- TURNER, Victor. Schism and continuity in an African society: a study of a Ndembu village life. Manchester: Manchester University Press, 1957.
- _____. Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu. Niterói: EdUFF, 2005.
- ZORBAUGH, Harvey W. "Áreas Naturais". En Donald Pierson (comp.): Estudos de Ecologia Humana. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1970.

Recebido em 12/04/2010

Aceito para publicação em 02/09/2010